RESUMO DE APRESENTAÇÃO DO EPT- ANGOLA

O presente Ante-Projecto visa promover, nas condições de Angola, uma Educação de Qualidade Para Todos; é o principal documento da Consulta Pública Nacional que oportunamente será submetido à consideração do Governo de Angola.

O Plano de Acção Nacional de Educação Para Todos (PAN/EPT) é complementar dos grandes documentos orientadores já elaborados e em fase de conclusão pelo Governo como matriz conceptual e operacional da estratégia de desenvolvimento do País; e permite a prossecução dos desafios internacionais expressos em vários fóruns.

O documento está organizado em dois tomos, sendo o primeiro essencialmente descritivo e o segundo, com tabelas e gráficos, para a compreensão do texto do tomo 1

Note-se que, a fiabilidade dos dados estatísticos é possível tendo em conta as limitações e insuficiências no sistema de recolha e tratamento de circulação de dados.

No capítulo I, dos cinco que contém o documento, é apresentada a contextualização do Plano no que diz respeito aos contexto geral do país e ao contexto específico em que se desenvolve o Sistema Educativo.

As informações mais relevantes que descrevem o **contexto geral do País** são apresentadas numa perspectiva histórica e são relativas à **situação geográfica**, **demográfica**, **sócio-linguística**, **política e económica**.

As informações mais relevantes que caracterizam o **contexto educativo** permitem situar a educação pré-escolar e o ensino primário no quadro da actual e do novo Sistemas de Educação, como âmbito de trabalho do Plano de Acção Nacional de Educação Para Todos. Nota-se que o ensino primário passará de quatro para seis anos de duração num processo de reforma educativa já iniciado em 2004 e que se prolongará até 2011.

No capítulo II é apresentado o diagnóstico do estado actual da realização dos seis objectivos do Quadro de Acção de Dakar, nomeadamente sobre a expansão e melhoria da Primeira Infância, a universalização do Ensino Primário, a preparação para a Vida Activa, a erradicação do Analfabetismo, o equilíbrio de Género e a melhoria da qualidade da Educação.

Sobre a expansão e melhoria da Primeira Infância, há que destacar as seguintes informações.

A Classe da Iniciação representava apenas cerca **de 15,1%** dos alunos matriculados no Ensino Geral. Destes alunos, a maioria **54%** pertencia ao sexo masculino.

A taxa bruta de escolarização de **61,3%** sendo a oferta educativa insuficiente para satisfazer a procura.

Dos alunos matriculados, apenas 22 % fizeram esta classe na idade própria (5 anos).

Nas províncias de **Cabinda, Cunene, Benguela, Huíla e Moxico**, as taxas brutas de escolarização são superiores à 100%, o que demonstra a presença nesta classe de alunos com mais de **5 anos de idade**.

Nas províncias de Luanda e Bengo, a classe de Iniciação era inexistente pois, a prioridade na utilização das salas de aula era dada ao Ensino Primário.

Nas classes de Iniciação são utilizadas as mesmas instalações e os mesmos professores que no Ensino Primário.

Nesta classe registavam-se casos de repetência, o que demonstra a inadequação dos métodos e a falta de esclarecimento sobre os objectivos desta fase de preparação e de motivação para a escolaridade regular.

Sobre a universalização do Ensino Primário, há que destacar as seguintes informações.

No que concerne à frequência escolar

Mantendo-se constante a taxa de crescimento médio anual de 1,52% das matriculas da década de 90, seriam necessários mais de trinta anos para a escolarização da população em idade escolar em vez dos 15 anos preconizados pela Declaração de Dakar.

A estrutura piramidal das matrículas é distorcida. Apesar de um grande número de crianças nunca ter ingressado na 1ª classe, a base da pirâmide é muito larga em comparação com o topo devido às elevadas taxas de abandono e repetência em todos as classes.

A estrutura piramidal varia segundo as províncias como reflexo de desigualdades geográficas do investimento educacional e do desenvolvimento em geral.

A Educação Especial cobre apenas 10% das crianças identificadas como portadoras de necessidades educativas especiais são escolarizadas.

A província de Luanda destaca-se com cerca de 91% das matriculas do Ensino Particular a nível Nacional.

No que concerne à cobertura escolar

A taxa bruta de admissão de 70,3% no Ensino Primário indica que o Sistema de Educação ainda não tem capacidade suficiente para garantir o acesso à 1ª classe para todas as crianças.

A taxa bruta de escolarização para as 6 classes é de 59,8%. É de assinalar que a taxa líquida de escolarização ronda os 40%, o que é significativamente abaixo da média da África Subsahariana (60%).

As disparidades na frequência escolar agravam-se em termos de localização geográfica devido às limitações da oferta de lugares no Sistema, bem como pela situação de pobreza geral.

No que concerne a qualidade do corpo docente

O Ensino Primário contou com **51.400 docentes** dos quais cerca de **40%** são do sexo feminino. Do total de professores do Ensino Primário, mais de **70%** não possui qualificação académica requerida. Destes aproximadamente **37%** são do sexo feminino.

Face ao crescimento galopante do número de alunos, tornou-se comum a escolas funcionarem com três turnos por dia em vez de dois, o que reduz a utilização óptima do professor, com reflexos negativos na aprendizagem dos alunos.

O rácio alunos / Professor tem vindo a oscilar em torno de 33. Esta média nacional esconde diferenças importantes que demonstram a existência de disparidades assinaláveis. A relação alunos / professor é empolada por existirem administrativos contabilizados como docentes.

No que concerne às instalações escolares

A rede escolar do Ensino Primário tem uma utilização muito intensa por funcionar em três turnos;

A taxa de utilização de salas de aula está acima dos 100%;

O rácio alunos/sala é em média 70/sala:

As escolas existentes degradaram-se devido a falta de fundos para a sua manutenção e a intensa utilização;

O nível de destruição das infra-estruturas educativas é estimado em 40% a 60%;

O mobiliário escolar é insuficiente.

No que concerne ao material didáctico

A quantidade e qualidade do material didáctico é inadequado ao projecto educativo em curso.

Raramente existem bibliotecas nas escolas.

A incapacidade de as famílias adquirirem material escolar condiciona o princípio da equidade.

Nestas condições, o processo de ensino/aprendizagem terá necessariamente de se ressentir com evidentes prejuízos para o rendimento escolar.

No que concerne ao rendimento interno

A taxa de sobrevivência é extremamente baixa. Apenas 26,7 % dos alunos que ingressam na 1ª classe sobrevivem no sistema até a 6ª classe (ultima classe do Ensino Primário).

Completa-se um total de **194 graduados** sobre cada **1000 alunos** que iniciaram, isto é menos de **20%.**

A taxa de rendimento é de **23,1%**, o que torna o Sistema de Educação pouco rentável.

A taxa de abandono é de 22%

A taxa de repetência é de 25%

No que concerne às despesas da educação

As despesas com a educação no período 1997 – 2001 situaram-se entre 4,7 a 6%, um valor muito baixo que coloca as despesas com a educação em apenas 2,3% do Produto Interno Bruto (PIB).

Cerca de 39% das despesas correntes são atribuídas ao ciclo primário.

O custo unitário por aluno do ensino primário em percentagem do PIB por habitante é muito fraco, cerca de 11% contra uma média africana de **13%.**

No que concerne à gestão do Sistema de Educação

Ao Ministério da Educação, estrutura central compete a orientação metodológica, controlo, acompanhamento e estabelecimento de normas, programas e procedimentos referentes a execução da política aprovada sobre a educação e ensino.

As Direcções Provinciais de Educação dependem orgânica, administrativa e funcionalmente do Governo da província e respondem por todas as questões em termos de execução relacionadas com o Ensino Primário.

No que concerne à gestão dos estabelecimentos escolares

Os gestores escolares possuem poucas ferramentas técnico-profissionais necessárias para realizar as suas tarefas com eficiência desejada.

As dificuldades de comunicação criaram uma ruptura nas ligações entre as diferentes estruturas do sector, o que impede a gestão harmoniosa do sistema.

As estruturas educativas apresentam certa inoperância quer devido a sua organização institucional, quer devido a qualidade e quantidade de recursos neles envolvidos.

Sobre a preparação para a Vida Activa, há que destacar as seguintes informações.

As escolas mais vocacionadas para uma inserção profissional têm um significado reduzido para responder às necessidades do mercado e das actividades económicas das províncias onde estão inseridas.

Não houve incentivos à iniciativas de base regional que, no passado, deram boas respostas a necessidades locais de formação (escolas polivalentes, escolas de artes e ofícios) e que constituíram, em determinados momentos, pequenos pólos de desenvolvimento local e de empenhamento comunitário.

Deve salientar-se positivamente o trabalho já iniciado, e que deve ser intensificado, na sensibilização/informação em áreas tão importantes como a Educação em Matéria de População e Educação para a Vida Familiar na Prevenção do HIV/SIDA.

Sobre a erradicação do Analfabetismo, há que destacar as seguintes informações.

Em 1998, estimava-se que o analfabetismo literal atingisse 50% dos homens e 70% das mulheres.

Considerava-se, ainda, que dos cerca de **2 500 000 alfabetizados** nas sucessivas etapas, cerca de **45**% (maioritariamente raparigas e mulheres) tivesse regredido causando o analfabetismo funcional.

Até 2001, foram alfabetizados em todo o território, cerca de 4.000.000 cidadãos dos quais 55% são mulheres.

A taxa de analfabetismo para a população angolana com idade igual ou superior a 15 anos era em 2000 de 58%, contrastando com uma média de 38% para toda a África Subsahariana.

Do total da população sem nenhum nível de instrução, estima-se que 41% estejam em situação de pobreza extrema.

Sobre o equilíbrio de Género, há que destacar as seguintes informações.

Em relação a admissão dos novos alunos na 1ª classe 64,4% são rapazes e 34,8%, meninas.

Existe uma grande disparidade no acesso à escola, apesar de comparativamente ser inferior à maioria dos países africanos.

Em média, existem no País, 77 raparigas escolarizadas para cada 100 rapazes.

As disparidades de género são mais sérias em algumas províncias do interior tais como Moxico (30,2%), Kuando Kubango (36,0%), Lunda-Norte (37,4%), Kwanza-Norte (37,2%) e Kwanza-Sul (39,4%).

A predominância das raparigas é evidente na província do **Kunene** enquanto que na província de Luanda a frequência de escolarização é quase equilibrada.

Como no Ensino Primário, a camada feminina não atinge os 50% no Ensino Secundário.

A participação das raparigas é relevante nos cursos de formação geral (48,3%) e normal (48%) do Ensino Secundário.

Sobre a melhoria da qualidade da Educação, há que destacar as seguintes informações.

A avaliação da qualidade da educação tem se limitado aos indicadores quantitativos e qualitativos, tais como as taxas de reprovação e conclusão de determinados nível de ensino, o espaço educativo (sala de aulas e seus equipamentos), o modelo de gestão do sistema educativo, a quantidade e qualidade dos meios didácticos, do material escolar e do corpo docente.

A avaliação da qualidade dos conhecimentos reais adquiridos pelos alunos ao concluírem determinado ciclo não tem sido aplicada por falta de metodologia adequada para o efeito.

Os condicionalismos acima apresentados, associados às consequências da guerra, não permitem aferir com fiabilidade a qualidade da Educação.

No capítulo III são apresentadas as projecções e simulações relativamente ao desenvolvimento dos alunos da Iniciação, do Ensino Primário e da Alfabetização para o período que vai até ao ano 2015.

A evolução das frequências escolares é determinada por factores de natureza demográfica, económica e social, das condições de acesso, de enquadramento e do rendimento ou eficácia interna do ensino.

Para simular quantificando os cenários possíveis de evolução, até 2015, dos efectivos escolares no quadro da EPT, desenvolveu-se um modelo que permite obter projecções correspondentes às diferentes combinações de pressupostos (hipóteses) sobre a evolução das variáveis. Foi feita uma corrida do modelo com os dados considerando três cenários sobre o desenvolvimento do ensino até ao ano 2015.

O primeiro cenário, chamado cenário base, assume que não haverá alterações nas variáveis mais importantes até ao ano 2015. Este cenário foi projectado exclusivamente para o Ensino Primário.

O segundo cenário, chamado cenário moderado, consiste numa ligeira melhoria do anterior e assume um crescimento limitado da taxa bruta de admissão (de 70% em 2001 a 80% no ano de 2015) e enfatiza a qualidade com

algumas melhorias na eficácia interna. Este cenário foi também exclusivamente projectado para o Ensino Primário.

O terceiro cenário, chamado cenário normativo, foi elaborado para a Iniciação, para o Ensino Primário e para a Alfabetização. Este cenário reflecte uma orientação no sentido da realização dos objectivos de alargamento da rede escolar e da melhoria do rendimento ou eficácia interna do ensino.

A análise do quadro síntese confirma que apenas na hipótese do cenário normativo será possível a realização dos objectivos apontados para o alargamento da escolaridade e da melhoria da qualidade do ensino até ao ano 2015.

Ao cumprir-se o cenário normativo, a taxa bruta de escolarização atingirá os 90% e a taxa de conclusão rondará os 63%. A taxa bruta de escolarização projectada para o ano 2015, associada às hipóteses de redução progressiva da repetência e do abandono escolar, bem como do aumento da taxa bruta de admissão para 100% contribuirão para a universalização do Ensino Primário até 2015.

A evolução dos alunos nos dois outros cenários (cenário de base e cenário moderado) não contribuem para o desenvolvimento da educação nos próximos anos. Porém, ela é apresentada apenas para ilustrar que a taxa de conclusão permanecerá inferior à 30% e a taxa bruta de escolarização não ultrapassará os 70% durante todo o período.

No capítulo IV são apresentadas as opções de políticas, estratégias e metas.

As opções de políticas traçadas para a planificação e a execução do PAN/EPT resumem-se na reafirmação do papel estratégico da educação, na descentralização e desconcentração da gestão do Sistema de Educação, na construção de parcerias, na diversificação da oferta educativa e na solidariedade e responsabilização.

As estratégias a adoptar para a implementação do PAN/EPT compreendem três fases, designadamente: a fase de Emergência (2003 – 2006), a fase de Estabilização (2007 – 2011) e a fase de Desenvolvimento (2012 – 2015).

Para implementação do PAN/EPT foram definidas as metas adiante descriminadas de acordo com cada um dos seis objectivos fixados no Quadro de Acção de Dakar.

No domínio da expansão e melhoria da Primeira Infância, destacam-se as seguintes metas:

- > Aumento da Taxa de cobertura na classe de Iniciação do nível actual, em 2003, de 21% para 50% em 2010 e para 90% em 2015;
- Redução da Taxa de abandono até 2015;
- Aumento da Taxa de conclusão até 2015;

- Criação de normativos e programas de Educação Pré-Escolar;
- Produção e/ou aquisição de materiais pedagógicos para professores e alunos das instituições de Educação Pré-Escolar.

No domínio da universalização do Ensino Primário, destacam-se as seguintes metas:

- ➤ Redução da Taxa de abandono do nível actual, em 2003, de 22% para 11% em 2010 e 05,5% em 2015;
- Aumento da Taxa de conclusão do nível actual, em 2003, de 21% para 36% em 2010 e para 60% em 2015;
- Criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial e mental.

No domínio da preparação para a Vida Activa, destacam-se as seguintes metas:

Quanto ao desenvolvimento de competências de base

- Reforço da capacidade institucional para a promoção do ensino das ciências e da educação laboral;
- Reactivação e implantação de escolas polivalentes (escolas secundárias técnicas).

Quanto à Luta contra as ITS e o VIH/SIDA

- ➤ 85% de crianças, adolescentes e jovens formados, capazes de tomar decisões e adoptar comportamentos e atitudes responsáveis;
- 100% de pessoas sensibilizadas capazes de manifestar solidariedade para com indivíduos infectados e afectadas pelo VIH/SIDA e respeitar os seus direitos;
- ➤ 90% de famílias e professores formados e capazes de transmitir mensagens positivas de prevenção das ITS's, VIH/SIDA na escola e nas comunidades;
- ➤ 100% de gestores administrativos a nível central e provincial formados com conhecimentos relativos ao VIH/SIDA, ITS's, Saúde Sexual e Reprodutiva e Género.

Quanto à Educação ambiental

Reforço institucional para a promoção e a implementação de uma Política de Educação Ambiental no Sistema de Educação.

- Integração de temáticas ambientais nos currículos escolares nos diferentes níveis de ensino:
- Estabelecimento de um sistema de trocas de informações com o Programa Regional de Educação Ambiental da SADC.

Quanto ao desenvolvimento do Ensino em Línguas Nacionais

- Reforço da capacidade institucional para a promoção e generalização das Línguas Nacionais como meio de ensino;
- Experimentação de três Línguas Nacionais como meio de ensino;
- Elaboração de programas, manuais, guias e cartazes para uso nas regiões de domínio das línguas trabalhadas.

No domínio da erradicação do Analfabetismo, destacam-se as seguintes metas:

- Aumento da taxa de alfabetização da população adulta até 75% em 2015;
- Aumento e diversificação da oferta de educação de adultos;
- Produção e/ou aquisição de materiais pedagógicos incluindo em Línguas Nacionais.

No domínio do **equilíbrio de Género**, destacam-se as seguintes metas.

- Aumento da taxa de retenção e progressão de meninas;
- Eliminação dos estereótipos que encorajam a discriminação por sexo nos programas e manuais escolares;
- Integração da problemática de género no contexto do sistema educativo nacional.

No domínio da melhoria da qualidade da Educação, destacam-se as seguintes metas:

- Introdução de um sistema de avaliação da qualidade das aprendizagens baseado na definição de indicadores mínimos em cada disciplina até 2010;
- Generalização do sistema de avaliação da qualidade das aprendizagens a partir de 2010;
- Implementação de um novo projecto educativo consubstanciado na introdução novos programas, novos manuais escolares que concorrem para um perfil de saída renovado do ensino primário de seis classes;

- Implementação de um novo modelo de gestão descentralizada do sistema educativo até 2010;
- Melhoria da qualificação dos recursos humanos;
- Implementação da política de acção social escolar incluindo apoio em transportes e merenda escolar;
- > Fornecimento de kits de material escolar para cada professor e cada aluno.

No capítulo V são apresentados, com base na previsão dos recursos humanos e materiais, os mecanismos de gestão e monitorização, os custos e o financiamento do PAN/EPT.

Centrando a análise no cenário normativo, considerou-se razoável a estimativa de 36.822 professores para a planificação dos recursos humanos.

Para que os professores com habilitações apropriadas representem 70% do corpo docente, torna-se necessário formar cerca de **53.500 professores até ao ano 2015.**

Ainda segundo o cenário normativo o número de salas de aulas será de **42.220** em 2015. Para tanto, deverão ser construídas mais de **1.000 salas de aulas anualmente.**

No que concerne ao Financiamento

A principal fonte de financiamento é o Governo através do OGE, outra é o financiamento ou ajuda externa e por fim a contribuição das famílias através do pagamento de alguns servicos.

A estrutura indicativa de custos do PAN/EPT foi concebida para dar resposta aos maiores constrangimentos que condicionam a estabilização e o desenvolvimento do Sistema de Educação, designadamente: o acesso, a equidade e a qualidade.

A previsão de custos para a implementação do PAN/EPT até 2015 é de **Kzs. 388.910.314.384,00** equivalente a **USD 4.742.808.712,00** (**1USD = Kzs. 82,00**). Deste valor, 83% referem-se a custos com despesas correntes (salários dos professores e outro pessoal técnico e do administrativo); 7% com bens e serviços (material escolar, manutenção, consumíveis) e 10% com investimentos (construção e equipamento de infra-estruturas).

O órgão central de gestão é a Comissão Nacional de Educação Para Todos (CNEPT), sendo um órgão de natureza multisectorial que responde pelo processo de concepção, implementação, monitorização e avaliação do PAN/EPT e é presidida pelo Ministro da Educação.

Para a prossecução das suas atribuições a Comissão Nacional de Educação para Todos desdobra-se em Secretariado Permanente e em Comissão Provincial de Educação para Todos (CPEPT).

O Secretariado Permanente é a estrutura executiva que assegura a coordenação das actividades da Comissão Nacional da Educação para Todos, sendo internamente estruturada em 6 Grupos Técnicos Temáticos, correspondendo cada um deles a cada um dos 6 Objectivos do Quadro de Acção de Dakar.

A Comissão Provincial de Educação para Todos é a estrutura análoga à Comissão Nacional de Educação para Todos, e as suas atribuições consistem na coordenação da implementação do PAN/EPT ao nível provincial e é presidida pelo Governador Provincial.

O funcionamento da Comissão Nacional de Educação para Todos está sujeita a regulamentação própria.

O processo de monitorização será desenvolvido por Grupos Temáticos aos níveis seguintes: central, provincial, municipal e instituições escolares. Em função das 3 Fases de implementação do PAN/EPT (Emergência, Estabilização e Desenvolvimento) serão definidos os mecanismos de avaliação.

Para assegurar a objectividade da avaliação, serão envolvidas equipas compostas principalmente por especialistas em avaliação de programas de EPT, tanto nacionais como estrangeiros.

Por fim, o documento apresenta breves considerações demonstrando as perspectivas do tratamento a dar nas diferentes fases de evolução do presente Ante-Projecto de PAN/EPT.

O aumento das despesas com os sectores sociais e, em particular, com os serviços básicos dentro do OGE, deverá ser uma das grandes prioridades, no contexto de recuperação pós-guerra, a fim de se alcançar níveis mais altos de escolarização e de prestação de serviços de educação e saúde já atingidos pela maioria dos países da SADC. Será necessário um esforço particular, em termos de investimentos em infra-estruturas escolares e formação de professores para esta fase de recuperação pós-guerra.

A sustentabilidade financeira do PAN/EPT depende em grande medida, do desempenho da estratégia macro-económica do Governo para o aumento das receitas fiscais que permitam suportar os níveis elevados das despesas com a Educação.

Sendo previsível a persistência da diferença entre a capacidade financeira do Governo e as exigências crescentes e inadiáveis do Sistema de Educação, o recurso a ajuda externa através da assistência dos doadores bilaterais e multilaterais apresenta-se igualmente como uma das prioridades estratégicas.

A implementação integral do PAN/EPT depende do empenho e do compromisso individual e colectivo de todos para que os objectivos, as estratégias, as metas e os resultados previstos sejam efectivos.

O êxito da execução deste Plano impõe necessariamente um esforço conjugado da sociedade civil estabelecendo parcerias que mobilizem a Nação para este grande desafio nacional.